

Imprensa americana evita falar em derrota e aponta caminhos

O trato da dívida do Brasil se complica por causa da inexperiência de sua liderança política, que atua numa democracia recém-restaurada. A opinião partiu ontem do jornal **Washington Post**, ao sugerir que cabe às autoridades de Brasília tomar no entanto decisões que se resumem a uma opção essencial: permanecer no sistema internacional de empréstimos e pagamentos, ou isolar-se.

Não se isolando, o País terá espaço bastante para negociar. Existe muito respeito pelo Brasil nos EUA, mas o Brasil não pode esperar que o resto do mundo aceite deságios de muitos bilhões de dólares — como queria o ministro Bresser Pereira — e ao mesmo tempo mantenha em ritmo normal suas operações comerciais e de empréstimos. O secretário do Tesouro dos EUA, James Baker, deu um bom conselho a Bresser, concluiu o editorial depois de dizer que aceitar o deságio corresponderia a conceder uma ajuda externa involuntária.

"Um plano radical de ajuda unilateral". Assim o **Wall Street Journal** chamou a fórmula de Bresser, felicitando-o por haver recuado. Disse ontem que quem acompanha o andamento do assunto irá certamente julgar que o episódio foi uma derrota para os brasileiros, quando na verdade houve uma vitória do realismo no longo debate sobre a dívida.

Existe lógica na tentativa que Bresser fez, de conseguir desconto de 40% a 50% já que o mercado privado secundário concede esse abatimento em relação aos papéis da dívida latino-americana. Limitações econômicas dificultam o pagamento dos juros devidos há sete meses pelo Brasil. E existe ainda a oposição política interna. Mas a incapacidade de fazer os pagamentos — disse o jornal — não deve ser vista como triunfo pois o País pode deixar de receber financiamentos futuros do Banco Mundial ou do FMI, uma vez que seus pacotes (conforme Baker deixou claro) dependem dos financiamentos comerciais.

E nem convém que os devedores se deixem seduzir por hipóteses de ajuda, pois se o credor alivia o ônus da dívida, elimina por completo toda capacidade de pressão que hoje exerce sobre o Brasil e os demais devedores da América Latina para que introduzam reformas econômicas de livre mercado, essenciais para atrair novos capitais e restaurar um crescimento saudável. O Brasil, por exemplo, procurou no ano passado evitar a difícil tarefa política de fazer essas reformas. Ampliou a oferta de dinheiro, ao mesmo tempo em que mascarou seus efeitos inflacionários com controles de preços e salários. Mas, com uma inflação que no princípio do ano se aproximava dos 2.000%, o País já pagou o preço de sua atitude, comentou o **Wall Street Journal**.